

Para Fiesp, demora do expurgo mostra cautela

A demora do governo em adotar ou não a desindexação da economia tem pelo menos um lado altamente positivo — na opinião do presidente e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho e Cláudio Bardella — que demonstra a preocupação em acertar.

“O atraso pode provocar efeitos negativos, mas pelo menos demonstra que o governo está fazendo vários estudos, porque a questão é muito complexa”, destacou Bardella. Vidigal também lembra que a demora é um bom indício porque a desindexação é complicada demais e é necessário tempo para estudar todas as suas implicações. Na sua opinião, se for feita uma desindexação geral e em tudo, daqui a seis meses o governo será obrigado a adotar outra maximizada valorização.

Assim, Bardella diz que, “se fosse fácil, o governo já teria feito”, e o maior problema, em sua opinião, é o cambial. A única forma de iniciar a desindexação para Bardella seria resgatar as ORTN com cláusula cambial. A adoção de um câmbio duplo, na sua opinião, seria uma das saídas, mas a medida deveria ser

provisória porque um dos câmbios continuaria indexado — à futuro — e outro solto. “Todo processo depende do que for feito com o câmbio”, prosseguiu Bardella, para quem as últimas medidas do “pacote”, como redução dos subsídios e aumento dos depósitos compulsórios, implicaram aumento das taxas de juro.

Outra questão discutida ontem na reunião plenária da Fiesp, segundo Vidigal, foi a alteração no controle de preços do CIP. “Já estamos dando parcela grande de sacrifício”, comentou Vidigal, ao lembrar que a fixação de prazos para controle de preços contraria até o princípio de comércio porque provocaria uma expectativa em torno da data de aumento. Dessa forma, em sua opinião, no prazo próximo aos aumentos de preços seria gerada uma pressão de demanda, desestimulada em outras épocas; o que desestruturaria todo o sistema de produção.

Quanto ao limite do aumento, Vidigal destacou que depende muito de cada setor. Lembrou que já existe um redutor de 90% e que alguns setores não praticavam nem esse percentual antes da fixação do CIP, enquanto outros sobem além dele

porque para uns o consumidor não paga e em outros essas elevações se tornam mais aceitáveis. Quer seja reajuste de preços trimestral ou mensal, na opinião de Vidigal, a questão não é de tempo, pois, segundo ele, os aumentos devem ser feitos de acordo com a necessidade de cada empresa e setor. “Não se deve estabelecer nada, precisa ser conforme a necessidade do produtor.”

De qualquer forma, Vidigal diz que não é possível aceitar, em tese, um reajuste trimestral, porque isso inviabilizaria totalmente o setor industrial, tornando-se um redutor maior do que o próprio redutor. Além disso, acha que nenhuma alteração no CIP deve ser feita antes de agosto, que é o prazo da última decisão em vigor. Mesmo que alguma modificação seja feita a partir desse prazo, Vidigal não sabe dizer se será aceitável ou insuportável, porque “tudo depende das próximas medidas do ‘pacotero’ do governo”. Destacou, porém, que toda alteração deve ser feita com base em cada caso, porque medidas lineares são aleatórias, e não é possível suportar redutor e prazo únicos para todos os segmentos.